

Plano de Gestão Territorial e Ambiental da Terra Indígena Poyanawa



REALIZAÇÃO

AAPBI
Associação Agroextrativista Puyanawa
do Barão e Ipiranga



APOIO



PATROCÍNIO



Plano de Gestão Territorial e Ambiental da Terra Indígena Puyanawa



AAPBI | AMAIAC | CPI/AC
Rio Branco - 2015

REALIZAÇÃO

Ass. Agroextrativista Puyanawa do Barão e Ipiranga – AAPBI

Associação do Movimento dos Agentes
Agroflorestais Indígenas do Acre – AMAAIAC
www.amaaiac.org.br

Comissão Pró-Índio do Acre – CPI/AC
Est. Transcreana, Km 8 – cx. Postal 61
CEP 69.900-970 – Rio Branco – Acre
Fone: (68) 3225-1952
www.cpiacre.org.br
www.facebook.com/comissaoproindioac

Direitos Autorais

© *Copyright 2015 - Todos os direitos reservados a*

Ass. Agroextrativista Puyanawa do Barão e Ipiranga – AAPBI

Organização e Edição

Renato Antonio Gavazzi

Conselho Editorial

Nietta Lindenberg Monte

Renato Antonio Gavazzi

Vera Olinda Sena

Mapas georreferenciados

José Frank de Melo Silva e Billyshelby Fequis

Levantamento (Oficinas de Etnomapeamento)

Billyshelby Fequis, Fabrício Bianchini,
Joseneidy R. N. de Oliveira Pinheiro,
Julieta Matos Freschi, Renato Antonio Gavazzi

Revisão

Tatiana Catelli Rocha

Fotos

Acervo AAPBI, Billyshelby Fequis, Fabrício Bianchini,
Joseneidy R. N. de Oliveira Pinheiro, José Mendes,
Julieta Matos Freschi, Renato Antonio Gavazzi

Agradecimentos

Billy Fequis, Frank Silva, Joseneidy R. N. de Oliveira Pinheiro,
Marcos Catelli, Vera Olinda Sena

Projeto gráfico, capa e diagramação

Guilherme K. Noronha / gknoronha.com

Plano de Gestão Territorial e Ambiental da Terra Indígena Poyanawa / organização e
edição Renato Antonio Gavazzi. – Brasília: Comissão Pró-Índio do Acre, 2015.

60 p. : Il. col. , 23x18 cm.

ISBN 978-85-64018-04-4

1. Índios da América do Sul - Brasil. 2. Terra Indígena Poyanawa. 3. Etnomapeamento
- Gestão territorial e ambiental. 4. Recursos naturais - Uso - Manejo - Conservação.
I. Título.

CDD - 912.81

Biblioteca: Maria do Socorro de O. Cordeiro. – CRB-11/667

Sumário

A luta do povo Puyanawa na gestão de seu território	7
Apresentação	9
Introdução	15

Plano de Gestão Territorial e Ambiental da Terra Indígena Poyanawa

I. Recursos Florestais e Florísticos	21
II. Caça	25
III. Pesca	27
IV. Roçados	31
V. Plantios Agroflorestais	35
VI. Criação de animais domésticos e silvestres	37
VII. Saúde Ambiental	41
VIII. Beneficiamento	45
IX. Vigilância e Fiscalização	49
X. Entorno	53
XI. Valorização Cultural	55
XII. Planejamento Comunitário	57
XIII. Normas e regras (direitos e deveres da comunidade)	59



A luta do povo Puyanawa na gestão de seu território

A proteção da biodiversidade das florestas e dos recursos naturais, combinada à produção e o consumo de alimentos fortalece a relação dos homens com a natureza, com os outros homens e com o seu próprio futuro. Dá sentido a quem somos no presente, mas também a quem poderemos ser no futuro, envolvendo todas as dimensões da vida. Essa consciência de interligação entre vida material, cultural e espiritual faz parte das tradições dos povos da floresta.

Por isso, para a Petrobras, é um privilégio apoiar, por meio do Programa Petrobras Socio-ambiental, um projeto como o Gestão Indígena no Acre, realizado pela Comissão Pró-Índio do Acre – CPI/AC. Este respeita o direito dos Povos Indígenas autodeterminarem seus processos de desenvolvimento, ao mesmo tempo em que promove a incorporação de novos conhecimentos sobre as plantas e a floresta. Desta forma, busca-se superar um dos principais desafios que aflige todos os povos: o acesso permanente a alimentos saudáveis e diversificados. E mais ainda: o projeto integra a segurança alimentar com a preservação ambiental, a arte, a medicina e todas as tradições materiais e imateriais de reprodução social, promovendo a disseminação dessas práticas para outras comunidades.

A articulação entre conhecimentos tradicionais e conhecimentos científicos, a convergência entre gestão territorial e ambiental, e a integração das dimensões econômica, social e cultural são processos que dizem respeito a todos nós, povos indígenas, brancos e negros, brasileiros e cidadãos do planeta comprometidos com a construção de uma sociedade sustentável, socialmente justa e ambientalmente equilibrada.

Ao apoiar esse projeto, reafirmamos e fortalecemos nosso compromisso histórico com a construção de um país próspero, democrático e sustentável, a partir da soma dos esforços e conhecimento presentes na nossa diversidade étnica, racial, cultural e ambiental.

Petrobras



Apresentação

Mário de Lima Mampá Puyanawa

A história do contato do povo Puyanawa com os brancos foi assim: em 1905 através dos caucheiros e peruanos e, mais tarde, os seringueiros descobriram que na região do Sete de Setembro existiam índios. Então, o coronel Mâncio Lima tomou conhecimento do fato e autorizou os seus seringueiros a confirmar se era verdadeira a notícia. Os seringueiros o informaram que sim.

Os índios sempre estavam roubando as colocações e os seringueiros já tinham tido vários prejuízos. No período de 1909 a 1910, o Coronel Mâncio mandou fazer a correria no seringal e, depois, foi catequizado o primeiro grupo do nosso povo pelo amansador Antonio Basto e seus companheiros, que os conduziram até no Barão e foram morar no igarapé Maloca.

Mâncio Lima, porém, não sabia que tinha ficado outro grupo do nosso povo Puyanawa nas cabeceiras do Rio Azul. Somente através dos próprios índios domesticados o coronel foi informado



que tinha ficado outro grupo. Mâncio Lima mandou os mesmos índios, ou seja, Vicente Rafael Augusto, Lauro e mais dois carius para buscar o segundo grupo do nosso povo. Isso aconteceu em 1913 e, assim que chegaram, foram levados para o outro lado da Maloca.

Tendo já começado os trabalhos, o cativo aumentou cada vez mais e o nosso povo não concordou com a ação do coronel Mâncio. Não se dando com o regulamento, o tuxaua Napoleão resolveu retornar à sua terra de origem - Sete de Setembro - de onde tinha sido pego o primeiro grupo. Mas aí aconteceu a tragédia e a morte do tuxaua, morto a tiros pelos capangas do coronel Mâncio. Mesmo assim, pegaram o nosso povo e retornaram novamente para o igarapé Maloca. Sempre lembrando a morte do tuxaua (em 1916) e a mortandade do nosso povo, entre 1917 e 1918. Morreram quase todos através da gripe e do impaludismo, que era muito forte. A quantidade do nosso povo era de 800 índios e foram quase todos exterminados.

Os índios restantes que escaparam ainda permaneceram alguns anos no igarapé Maloca e depois foram transferidos para o Ipiranga, onde permanecem até hoje.

Em 1950, o coronel Mâncio faleceu e seus filhos, Débora Lima e Mâncio Lima, ficaram na administração da antiga fazenda Barão do Rio Branco e do seringal Bom Jardim. Depois de muito tempo, Débora casou-se e logo o seu irmão Mâncio vendeu a parte da herança (o gado) para a irmã e foi morar em Cruzeiro do Sul. Dona Débora ficou coordenando o seringal junto com o seu esposo. Nós ficamos na aldeia, mas não tínhamos conhecimento que era uma Terra Indígena. Vivíamos subjugados aos patrões que moravam dentro da aldeia. A gente trabalhava muito e não tinha nada, sem direito de vender as nossas produções para ninguém por estarmos sempre devendo muito aos patrões,

éramos obrigados a entregar todas as nossas produções a eles. Assim sendo, não podíamos fazer quase nada para nossa sobrevivência, pois tudo era voltado para os patrões. Por esse motivo a situação dos índios continuava cada vez pior.

Passado os anos, a situação foi mudando aos poucos. Em 1977, uma antropóloga chamada Devair Melate andou em nossa comunidade para nos visitar, mas nós não sabíamos qual era a sua finalidade, até porque ela andou somente na casa de um índio chamado Candido Rondon. Segundo ele, a antropóloga pediu informações da nossa terra e ele deu. Ela teve uma conversa com o índio Candido Rondon e fez uma entrevista sobre a vida dos Puyanawa, dos nossos tios, dos nossos avós que viviam no Barão. Candido era conhecedor de todo o trabalho e de todo o movimento, porque quando ele veio do interior da floresta já era um rapaz formado e sabia de tudo que tinha ocorrido, sabia da tradição, da cultura e todos os costumes dos Puyanawa. Ela fez a entrevista com ele e gravou tudo. Depois, ela levou as informações para Brasília e lá fizeram um mapa da nossa terra com a extensão de somente 15.200 hectares (ha). Porém, somente em 1983, através do antropólogo Txai Terri e do sertanista Txai Macedo fomos informados, através de um mapa que eles encontraram na Funai, que a nossa terra não contém somente 15.200 hectares. Essa extensão era pequena, não era suficiente por que a antropóloga não conversou com a comunidade. Só depois disso é que soubemos que nós tínhamos o direito a essa Terra Indígena e fomos batalhar para conquistar o nosso direito de verdade. Então, a gente fez a primeira viagem para Rio Branco no mês de novembro e lá tivemos uma conversa com o delegado da FUNAI regional que se chamava Dimas Valente. Ele falou que a nossa terra ia ter outro levantamento para a FUNAI poder fazer o aumento, mas isso ia ser conforme a comunidade queria. Nós iríamos

fazer outro mapa e assim foi feito. Em abril de 1984, a equipe da FUNAI fez outro levantamento e a terra teve um acréscimo de 19.000 ha, outro mapa foi feito nessa extensão. Nós lutamos pela demarcação da terra e foi muito difícil, porque tinham muitos não-índios que viviam dentro da nossa terra. Começamos a lutar e a brigar com os patrões por eles não concordarem com a ação da FUNAI de nos dar o direito de sobrevivermos em nossa terra independentemente. Assim sendo, a FUNAI fez um levantamento dos não-índios, ou seja, os brancos que estavam dentro da terra e a partir de 1986 foram pagas as indenizações. Somente o Sr. Armédio e seus filhos não aceitaram o pagamento das benfeitorias, alegando que era muito pouco dinheiro. Mas era apenas uma desculpa para poder ficar trabalhando na nossa área.

Nós índios não concordamos com as suas ações e, por isso mesmo, paralisamos todos os nossos trabalhos e ocupamos todas as estradas de seringa que estavam dentro da reserva. Ocupamos também todas as casas, barracão e loja. Foi assim que, mesmo com toda luta e conflitos que houve, conseguimos vencer através da resistência do nosso povo. Batalhando não só pelo direito, mas, também, pela demarcação da Terra que só aconteceu depois de 17 anos de luta.

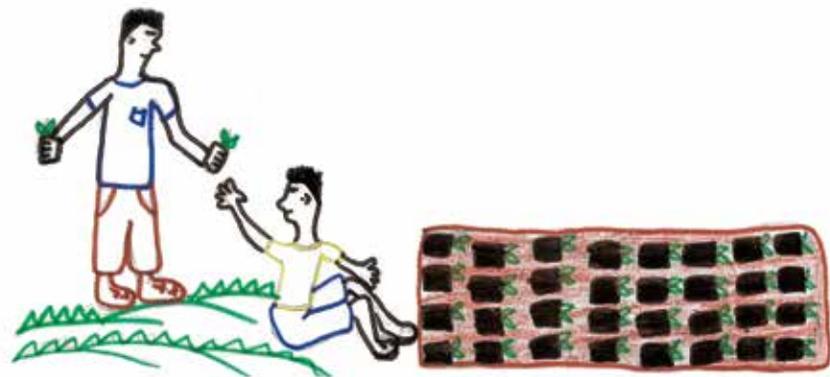
Deram umas passagens para a gente fazer reuniões em Rio Branco e Brasília para falar sobre a demarcação da nossa terra, sobre essa luta que não foi fácil. Em 1985, 95, eu e o Txai Macedo tivemos a oportunidade de participar de um encontro na Noruega e Inglaterra. Nessa viagem, a gente conseguiu cinco mil dólares, recurso necessário para demarcarmos por contra própria a nossa terra. Fizemos a autodemarcação da nossa terra pela primeira vez, porque estava demorando muito a demarcação através do governo brasileiro. A gente sabia que não era reconhecido pelo governo, mas para nós éramos, e

o que a gente mais queria era a demarcação da nossa terra, pelo menos foi um trabalho que foi feito. A comunidade se reuniu e os parentes tiveram a boa vontade, assim fizemos tudo por conta própria, com a ajuda de um antropólogo e um topógrafo. O topógrafo não deu certo porque não fez as coisas como a gente queria, trabalhou dois dias e o mandamos embora. Nós fizemos por contra própria e ficou do jeito que a gente queria. Depois de todo esse trabalho, com muita dificuldade, ficamos isentos com os patrões somente através dos projetos com ajuda da Comissão Pró-Índio do Acre, onde conseguimos as mercadorias para poder ficar livre dos patrões. Assim foi feito e na hora que eles saíram nós já estávamos coordenando a comunidade por nossa conta, os trabalhos e a luta com a demarcação da terra continuaram também. Em 2000, a FUNAI conseguiu demarcar a terra através do recurso PPTAL¹ que foi repassado pelo governo brasileiro. Em 17 anos de luta, a terra só foi demarcada em 2000! Depois da terra demarcada, nós conseguimos nos organizar cada vez mais. Foi uma coisa interessante porque, depois da demarcação da terra, eu com esse tempo todo de luta, resolvi passar as decisões de chefia para meu filho Joel coordenar o nosso povo. Com a terra demarcada tínhamos que assumir o trabalho que estava já feito e a fiscalização da terra, para não ser invadida pelos não-índios.

A comunidade escolheu o Joel para ser candidato a vereador e ele foi o candidato mais bem votado na última eleição, está com quatro anos de mandato. Isso deu muita força, uma diferença muito grande, porque tudo que alcançamos era um projeto antigo, mas as coisas não funcionavam. Nós como liderança temos força dentro da comunidade, mas fora é tudo questão política. Depois que ele

1 Programa Piloto de Proteção às Terras Indígenas da Amazônia Legal - FUNAI/MMA/PPG7/PPTAL

assumi como vereador de Mâncio Lima, as coisas aconteceram, por isso hoje a nossa comunidade é diferenciada das outras. Estamos aqui, ainda na luta. Ela não para, continua. Estamos sempre juntos com os projetos que temos feito, alcançando os objetivos. A coisa mudou muito mesmo, mudou para melhor. Agora estamos com a proposta de descobrimento dos nossos antepassados, que era um sonho de todos nós: um dia ver, conhecer onde eles habitavam e agora foi possível. Há um ano nós conseguimos encontrar o lugar onde eles habitavam. Cada luta é conquistada com dificuldade, mas temos conquistado o que a gente sonha, o que a gente pensa. Não é fácil, mas quando a gente pensa e sonha positivo, a gente alcança.



Introdução

Agente Agroflorestal José Marcondes Puyanawa

No meu entendimento, o Plano de Gestão é uma ferramenta fundamental, pois através dele ajudamos a orientar e conscientizar todos que moram na Terra Indígena, no que diz respeito ao uso, manejo e conservação dos recursos, para assim visar a um futuro melhor para todo o povo. Porque, além de ser um conjunto de regras que foi montado por toda comunidade, ele diz tudo o que pode e o que não pode ser feito. Através do Plano teremos um meio para acessar os grandes projetos que virão do governo e de outras instituições. Porque tudo é feito em cima do Plano de Gestão Territorial e Ambiental - PGTA, sendo assim, ele é uma peça fundamental para nós puyanawa.

É fundamental a gente ter esse Plano de Gestão da Terra Indígena, que não é uma lei, mas é uma regra elaborada por todos da comunidade: as lideranças, agente de saúde, agente agroflorestal, professores(as) e demais membros. A gente trabalhou e elaborou esse plano de gestão para que, através dele, pudésse-



mos usufruir dos recursos naturais de forma sustentável, desde a fauna, flora, peixes, rios e igarapés. Estamos cada dia mais usufruindo do PGTA sem agredir o meio ambiente (principalmente açaí e buriti), dividindo isso entre nós e os animais que estão na floresta; a pesca e as caças da mesma forma, usando de forma sustentável para não acabar e não agredir os que estão na floresta.

O Plano de Gestão é levado a toda comunidade, a todas as famílias, cada um tem uma cópia para ler e ver. Também é levado para a escola, para ser usado como plano de aula, com isso os alunos e professores ficam sabendo o que foi implantado na comunidade. Com ele todos são responsáveis por trabalhar de forma sustentável e não agredir e maltratar a floresta.

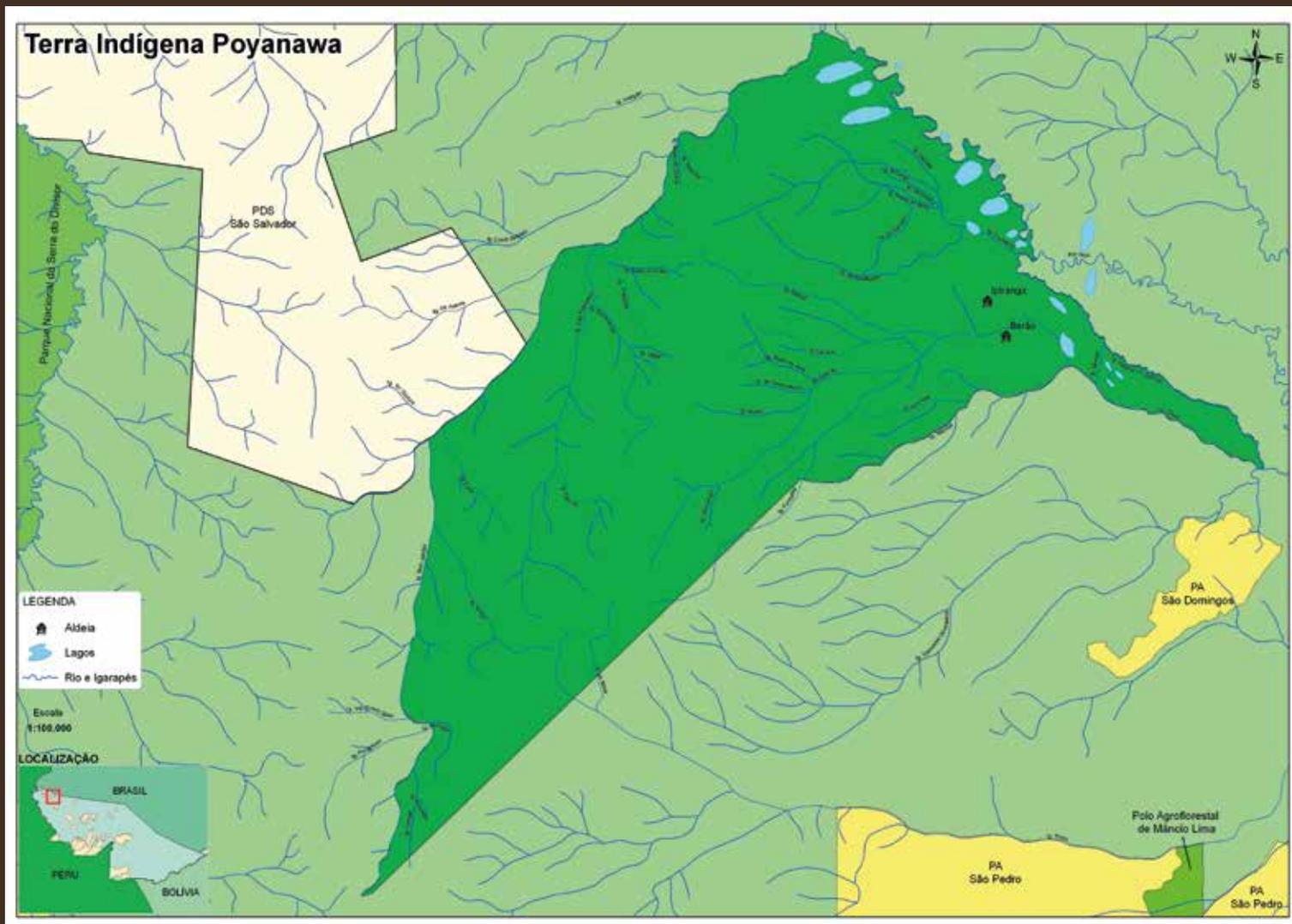
O Plano de Gestão e os mapas feitos por nós são uma ferramenta fundamental para a escola. Os mapas servem para que todos os professores e alunos estudem a cartografia e a geografia indígena e, com isso, possam identificar e saber qual o modelo da terra. Porque, além dele mostrar o modelo da terra - se é quadrada, redonda, comprida- também mostram o espaço onde estão os recursos, os rios, as aldeias, as áreas de caça, a madeira, os lagos, e também, o tamanho da terra. Por isso, é importante não só o professor e aluno saber, mas toda a comunidade.

Eu vejo que só através dos mapas vamos poder identificar e saber como é a Terra Indígena, as quantidades de recursos, o que tem mais, quais os recursos que não tem, onde estão as áreas de refúgio e preservação. Isso juntamente com o plano, que requer toda uma regra de como a gente vai usar, manejar e conservar os recursos naturais e agrofloretais. O mapa mostra onde estão os lugares com os recursos que podemos usufruir e, desta forma, planejar o seu uso. O Plano de Gestão requer uma forma de organização e planejamento da comunidade para não acabar com os recursos, por exem-

plo: o açaí - se têm dois ou três cachos a gente deixa um para os animais comerem, deixa também os caroços no chão, para que nasçam outros pés. Outro exemplo é na parte da caça: não podemos caçar com cachorro, colocar armadilha (somente a caça em espera, caçada coletiva ou sozinho) e não matar os animais em grande quantidade. Também não podemos vender essa carne, ela é usada apenas pela comunidade. Essas normas de uso e manejo são importantes para podermos gerir bem os nossos recursos e a nossa terra dentro de uma filosofia socioambiental.

Nós, Agente Agrofloretais, temos um papel fundamental dentro da Terra Indígena, pois somos mais uma liderança para ajudar nos trabalhos de organização junto às demais lideranças. Eu venho desenvolvendo na comunidade, de modo geral, o trabalho de ajudar na organização, conscientização, vigilância, fiscalização e nos cuidados necessários com os recursos naturais. Conscientizando cada um sobre como devemos usufruir dos recursos, desde a derrubada de roçado, a caçada, a pesca, a produção de farinha, a quantidade de hectares plantados em nossa terra, a quantidade de mata desmatada, as espécies que foram plantadas, até na madeira retirada e sua finalidade: fazer canoa, batelão ou construção de casa.

Este é um trabalho importante dentro da Terra Indígena, porque só assim vamos saber se estamos conseguindo conservar a natureza e os recursos ou se estamos destruindo. Anualmente presto conta do que é consumido, produzido e retirado dentro da Terra Indígena. Todo este trabalho é parte do monitoramento que o Agente Agroflorestral faz dentro da aldeia e da Terra Indígena, trabalhando em parceria com as lideranças e a comunidade, ajudando a conservar, conscientizar, zelar, trabalhar, organizar e desenvolver os projetos do governo e demais instituições que estão vindo trabalhar junto a nossa comunidade.



Plano de Gestão Territorial e Ambiental da Terra Indígena Poyanawa





I. Recursos Florestais e Florísticos

1. A madeira de lei só deve ser usada para uso interno da comunidade. Não devemos vender para fora da Terra Indígena. A lenha não deve ser vendida para fora da Terra Indígena, sendo de uso exclusivo da comunidade.
2. Vamos fazer o manejo de frutas nativas como o buriti, patoá, açaí, bacaba, anajá e etc. Fazer a coleta evitando a derrubada.
3. As plantas medicinais são de uso interno da comunidade. Vamos fortalecer o cultivo familiar das espécies medicinais. Os agentes de saúde e as enfermeiras também precisam incentivar o uso das plantas medicinais e cultivá-las no posto de saúde e na escola.





© Jesenidy Pinheiro, 2014

4. Hoje em dia, as madeiras de lei estão ficando muito distantes da aldeia. É importante fazer um planejamento a longo prazo para a coleta de sementes e mudas de madeiras de lei da floresta, como o cedro, aguano, cumaru, angelim e outras espécies importantes, para plantá-las próximas a aldeia. Vamos envolver os alunos da escola nestas atividades, como já foi feito no reflorestamento da beira do igarapé Grande, e vamos implantar um viveiro que facilite todo o trabalho. Outras espécies relacionadas à cultura Puyanawa, como o cumaru para o tabaco, o jenipapo e a mesca (ou breu) para as tintas e pinturas, também podem ser trazidas da mata e domesticadas perto da aldeia.
5. Não vamos fazer, ainda, a venda de sementes nativas. Vamos privilegiar a venda dos artesanatos que usam sementes que a comunidade produz, plantando as espécies e conservando as nativas.



© Fabrício Bianchini, 2006



© Fabrício Bianchini, 2006



© Renato Carazzi, 2006



© José Mendes, 2010



© José Mendes, 2010



© José Mendes, 2010

II. Caça

1. Fica proibido caçar com armadilha, pois é uma técnica muito perigosa para os moradores da comunidade.
2. É proibido caçar com cachorro dentro da Terra Indígena.
3. O caçador que consegue a caça grande não deve repetir o mesmo tipo de caçada naquela semana, isto é importante para garantir a prosperidade na Terra Indígena.
4. É proibida a comercialização de caça ou de outras espécies de animais da Terra Indígena.
5. É expressamente proibido trazer pessoas de fora para caçarem dentro da Terra Indígena.
6. Vamos procurar evitar matar os filhotes das caças, procurando os maiores e os sem cria.



III. Pesca

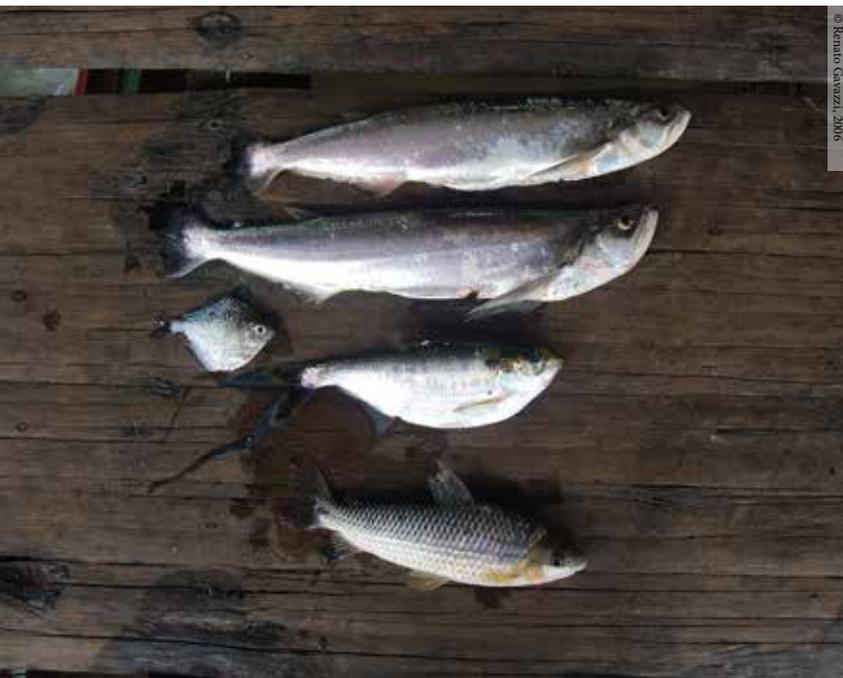
1. A pesca é de uso exclusivo da comunidade da Terra Indígena.
2. É proibida a entrada de pessoas de fora para pescar dentro de Terra Indígena.
3. É proibida a comercialização da pesca.
4. Vamos evitar todas as formas depredatórias de pesca, de forma a conservar a abundância dos peixes em nossa Terra. Na época do verão é proibido colocar tingui, tirar balseiro, mariscar de espeto, fazer batição, tapagem.
5. No igarapé Grande é proibido colocar batição, tirar balseiro e tronqueira e fazer tapagem.
6. No igarapé Zé Rodrigues e no Âmagó é proibido colocar manga.



© Renato Gavazzi, 2006



© Juliana Freschi, 2006



© Renato Gavazzi, 2006

7. Vamos tentar controlar e solicitar o apoio do IBAMA para fazer a vigilância na boca dos igarapés, quando os peixes estão descendo para o Moa para desovar.
8. Na época da piracema, todos devem ser beneficiados e não somente alguns moradores. Por isso, nesta época só é permitido pescar o necessário para a alimentação da família, não deixando a manga direto e nem pernoitando. Assim, os outros também poderão pescar.
9. Na época da piracema, em todo o perímetro da Terra Indígena, da boca da Onça até a boca do Paraná, os moradores de fora vêm pescando ao lado da Terra Indígena e isto não é permitido. Vamos nos mobilizar para fazer a vigilância e solicitar o apoio do IBAMA.



© Renato Gavazzi, 2006



© Renato Gavazzi, 2006



© Josemarly Pinheiro, 2014



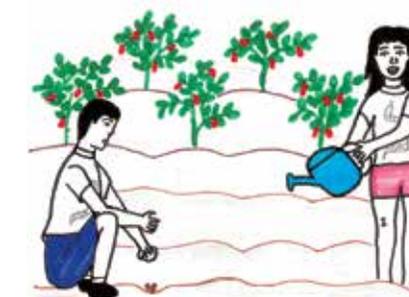
© Josemarly Pinheiro, 2014

IV. Roçados

1. As grandes áreas desmatadas na Terra Indígena foram feitas pelos moradores da época dos patrões seringalistas e não por nós, Puyanawa. A nossa comunidade vem aproveitando essas áreas para a roça, fazendo o manejo mecanizado, evitando e controlando a abertura de novas áreas em matas nativas.
2. Todo Puyanawa deve repassar para a Associação o quanto ele quer desmatar, obedecendo aos critérios aprovados de, no máximo, uma a duas quadras. Se um morador desmatar a mata virgem em duas quadras, deve ficar quatro anos sem desmatar.
3. É proibido colocar roçado na beira dos igarapés e em suas cabeceiras, deixando uma distância mínima de 50 metros para proteger a mata ciliar.
4. Toda pessoa que fizer queimada em capoeira grossa ou roçado deve fazer o seu aceiro com, pelo menos, seis metros, evitando assim incêndios na Terra Indígena. Vamos convidar os vizinhos para fazer mutirão, controlando os riscos de acidente.



5. Vamos iniciar experimentos com o uso de calcário nas plantações e de leguminosas como a mucuna preta e a branca, o feijão guandu, feijão de porco e outros, em rodízio com a macaxeira, para melhorar a fertilidade e conservar a terra.
6. Para garantir a segurança e a qualidade alimentar na Terra Indígena, devemos diversificar a roça com outros cultivos, como: amendoim, cana, feijão, arroz, jerimum, melancia, batata doce, inhame, milho, entre outros.
7. Até hoje, estamos comprando aça-flor para a produção de farinha. Como somos grandes produtores de farinha, é valioso sermos autossuficientes na produção de aça-flor e até vender para fora da Terra Indígena. Podemos experimentar a produção e venda interna de aça-flor para abastecer os nossos produtores e aumentar os lucros de todos. Além disso, o aça-flor que é plantado por nós confere um amarelo mais forte na farinha e pode ser moído diretamente com a macaxeira.
8. As pessoas de fora da Terra Indígena não estão autorizadas a plantar roçados dentro da Terra Indígena.





V. Plantios Agroflorestais

1. Temos a intenção de enriquecer nossos quintais com muitas frutas. Para isto, já terminamos de organizar o isolamento das criações de porcos e bois e vamos realizar os plantios nas aldeias.
2. Vamos envolver os alunos da escola e comunidade em geral para realizar a coleta de sementes e o plantio de frutíferas nas aldeias, quintais, ruas, em volta das escolas e nas capoeiras.
3. Vamos organizar a implementação de um viveiro em cada aldeia, para facilitar o trabalho com as frutíferas e as florestais.
4. Queremos continuar enriquecendo o plantio de frutíferas próximo às três casas de apoio para vigilância que foram construídas no Monte Arará, São Francisco e Araçá.
5. Fazer o reflorestamento no entorno dos açudes, recompondo a mata ciliar para a proteção das águas. Vamos utilizar espécies de frutas das quais os peixes possam se alimentar, como açai, buriti, seringueira e outras.

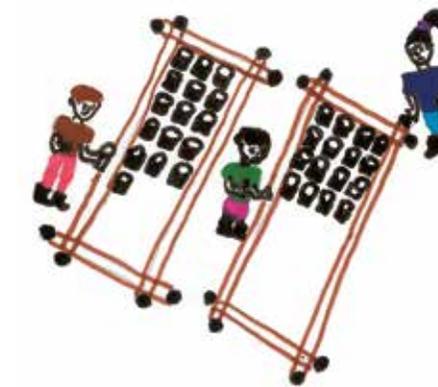


VI. Criação de animais domésticos e silvestres

1. O porco solto prejudica a nossa saúde e come a roça e os plantios que queremos ter. Por isso, a comunidade está acordada para não criar mais porcos soltos e já se organizou.
2. Também queremos criar todo gado isolado, como já vem sendo feito.
3. As áreas para pastagem devem ser feitas aproveitando as áreas degradadas, evitando a derrubada da floresta. Vamos melhorar os quintais e as pastagens com a construção de cercas.
4. Temos interesse de construir uma pocilga (espaço para criar porcos) e duas granjas comunitárias para a criação de galinhas caipiras, uma no Barão e a outra no Ipiranga.
5. Vamos nos organizar para iniciar a criação de tracajá e tartaruga nos açudes. Para conseguir os animais é necessário entrar em contato com a SEAPROF e as fazendas de criação de quelônios em Rio Branco. Temos que procurar AAFIs que já tenham essa experiência em suas aldeias para nos orientar.



6. Vamos nos organizar para obter casais de gansos e iniciar uma experiência de criação na Terra Indígena.
7. Vamos nos organizar para experimentar a criação de abelhas melíponas na Terra Indígena. Aqui existem muitas colmeias e quando se abre roçado novo elas morrem sem que a gente aproveite.
8. A comunidade tem a intenção de trabalhar com peixes ornamentais, para isso devemos nos organizar para ver como podemos iniciar esse trabalho.
9. A comunidade está se organizando para fazer a criação de peixes junto à Assessoria de Assuntos Indígenas (AAI), SEAPROF e SEDENS e está planejando a construção de quatro açudes e de alguns tanques. Estamos nos organizando para receber uma média de 50.000 alevinos. Podemos também experimentar a criação consorciada de suinocultura com a piscicultura.





VII. Saúde Ambiental

1. Vamos conscientizar cada família para cuidar de seu lixo, cavando fossas para jogar plástico, vidro, latas e etc. Quase todas as casas já cavaram as suas fossas. Devemos manter as nossas aldeias limpas e organizadas.
2. Temos o planejamento de fazer uma limpeza geral periódica no igarapé Grande para retirar todo o lixo que há anos foram jogando dentro dele.
3. Devemos conscientizar a comunidade para não jogar nenhum tipo de lixo nos igarapés e próximo das cacimbas.
4. Vamos evitar qualquer contaminação dos cursos d'água impedindo o despejo e a limpeza de materiais e ferramentas que contém produtos tóxicos nocivos à saúde das pessoas, dos animais e de todo o ambiente.

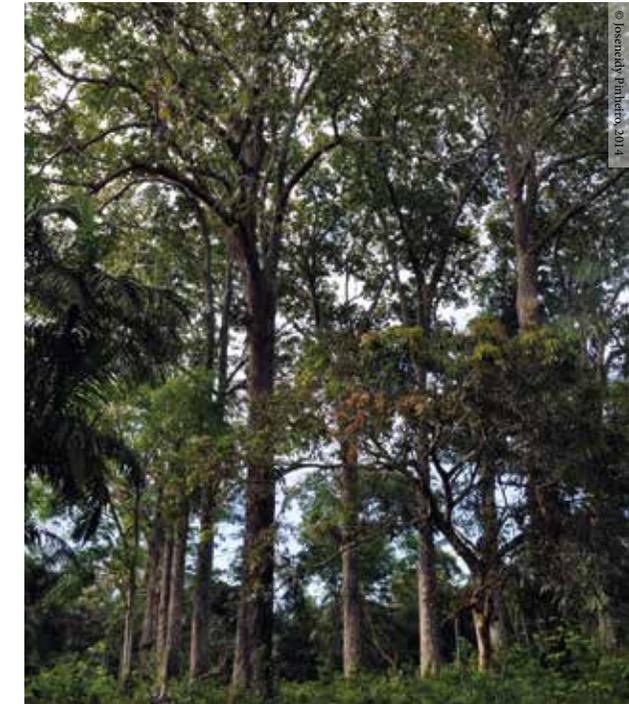


© Josemady Pinheiro, 2014

5. Todo o lixo perigoso - como pilhas, baterias e outros - deve ser retornado ao município.
6. Vamos participar das reuniões com o município para planejar o destino e o despejo de lixos mais pesados, como eletrodomésticos e outros.
7. Devemos conscientizar as comunidades sobre a importância da construção de caixas de lixo comunitárias.



© Josemady Pinheiro, 2014



© Josemady Pinheiro, 2014



VIII. Beneficiamento

1. A comunidade tem a intenção de possuir uma serraria pequena dentro da comunidade. Com isso, poderemos aproveitar as madeiras derrubadas nas aberturas de roçados e as madeiras caídas dentro da floresta para a construção de casas, móveis, cercas, canoas e outros objetos.
2. Devemos nos organizar para adquirir uma lixadeira elétrica e um pirógrafo para a confecção de móveis e esculturas em madeira, com a orientação dos Agentes Agroflorestais.
3. Necessitamos qualificar nossas casas de farinha de acordo com as especificações da vigilância sanitária.
4. A comunidade tem a intenção de plantar muita cana e adquirir um engenho para produzir em grande quantidade a garapa, açúcar, gramixó, rapadura e outros produtos da cana.
5. Queremos construir um local para abrigar uma máquina despolpadeira para fazer produção de bebida, como vinho de açaí, buriti, patoá, bacaba. Podemos aproveitar o bagaço para o alimento da criação de peixe. O vinho será para o consumo interno, merenda da escola e venda, com planejamento comunitário.



© Billy Freitas, 2014



© Joacindy Pinheiro, 2014



© José Mendes, 2010



© José Mendes, 2010

6. Temos interesse de adquirir ferramentas para a produção de nossos artesanatos como a furadeira e a lixadeira, que facilitem o beneficiamento de nossas sementes.
7. Planejamos construir uma casa de corte e costura em cada aldeia e adquirir máquinas de costura para beneficiar a comunidade.
8. Temos interesse em construir uma casa para artesanato.
9. A comunidade tem interesse na construção de um açougue comunitário.
10. Devemos procurar apoio de órgãos como SENAI, SENAR, SENAC e outros para a capacitação de pessoas da comunidade na área elétrica, mecânica em geral, informática, entre outras.
11. Devemos nos organizar para adquirir máquinas agrícolas para o escoamento de produtos da comunidade. E garantir a manutenção das máquinas e equipamentos.
12. Planejamos a construção de um armazém para armazenamento da produção da comunidade.
13. Vamos nos organizar para obter duas hortas com estufa. Isso possibilitará a produção de hortaliças durante todo o ano e atenderá a demanda da comunidade.
14. Devemos nos organizar para ampliar a rede de abastecimento de água na comunidade.
15. Precisamos ampliar as escolas e o posto de saúde para atender melhor às demandas da comunidade. Devemos procurar parceiros para resolver essa demanda.



© Renato Cavazzi, 2006



© Fláudio Brandini, 2006



© Renato Cavazzi, 2006



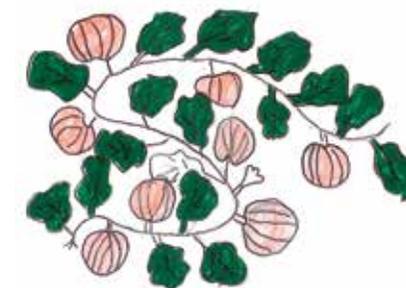
© Renato Cavazzi, 2006

IX. Vigilância e Fiscalização

1. A invasão de pesca na várzea da Onça é muito séria, pois, todos os dias, cerca de trinta canoas de moradores do entorno estão pescando no local. Entendemos que o apoio das instituições responsáveis é totalmente necessário, impondo a lei e amenizando os conflitos na região.
2. Durante o verão, no igarapé do Quinze e da Onça, o problema é muito maior. O pessoal do entorno faz pesca predatória com tingui. Fazem tapagem e não destampam depois, o que causa a morte e o desperdício de uma grande quantidade de peixes. Também fazem pesca predatória de espeto. Toda a pesca dentro de Terra Indígena feita por qualquer pessoa de fora é expressamente proibida.
3. De tempo em tempo, nos outros igarapés e nos lagos, os próprios moradores têm feito a vigilância.
4. Existem assentamentos no entorno, como os da Colocação do Quinze e o ramal do Vinte - muito próximos dos limites da Terra Indígena, trazendo sérios problemas de invasão, como retirada de madeira, caçadas com cachorro e armadilha deixadas por um período de quinze dias. Estas caçadas irregulares são feitas principalmente para comercialização. Vamos fazer seis fiscalizações por ano no limite da Terra indígena para evitar estes problemas.



5. Planejamos a construção de três casas de apoio, sendo que a do Monte Arará e a do São Francisco já foram construídas para fortalecer a vigilância do nosso território nas áreas que vêm sofrendo invasão. Já plantamos e estamos zelando as frutíferas e culturas de roça nessas casas de apoio. Essas produções servem para alimentar as equipes terrestres e fluviais de vigilância e também podem ser trazidas para as aldeias. As casas de apoio também podem servir como pontos de suporte e alimento a grupos que estejam pesquisando e coletando na mata plantas sagradas e medicinais de valor para a aprendizagem, como práticas de escola tradicional.
6. Pretendemos colocar pessoas para ficar morando por um período na boca do Bom Jardim.
7. Vamos envolver os alunos na construção de viveiros, nos plantios, na broca, no conhecimento das matas e dos limites da Terra Indígena. O caminho já está todo brocado. Os mais velhos darão apoio sobre os conhecimentos da mata como: nomes das localidades, extensão de cada local, madeiras, remédios, cabeceiras e colocações.





X. Entorno

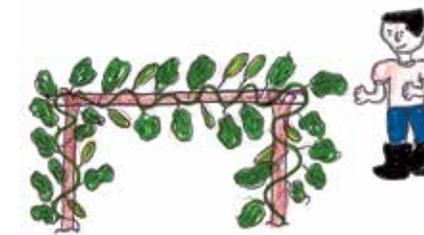
1. Estão fazendo loteamento na região do ramal do Vinte com lote de mil metros de comprimento por 500m de largura no limite direto da Terra Indígena na linha seca. Solicitamos uma audiência pública aos órgãos estaduais e federais para discutir os assentamentos irregulares no entorno da Terra Indígena, o respeito à área de amortecimento, a criação de uma área de refúgio para as caças e a revisão dos limites da Terra Indígena.
2. Queremos a revisão da Terra Indígena do ponto sete ao ponto um, região das cabeceiras da boca do igarapé Bom Jardim.





XI. Valorização Cultural

1. Vamos construir um Kupixawa com a mesma arquitetura dos nossos antigos, para que sirva como um local de prática dos nossos conhecimentos tradicionais. Onde os mais velhos contem histórias aos mais novos, onde a gente pratique nossas danças, músicas e fortalecemos a nossa língua tradicional.
2. Vamos construir um chapéu de palha grande (ou Kupixawa) na aldeia Barão.
3. Estamos planejando construir uma casa de memória, onde iremos ter fotos, vídeos, desenhos tradicionais e cultura material dos antepassados. Esse espaço será um museu vivo da nossa cultura.





XII. Planejamento Comunitário

1. Planejamos a construção de uma infraestrutura para realizar nossos eventos internos e relacionados ao movimento indígena, como reuniões, assembleias, oficinas, cursos e seminários. A comunidade, através da Associação Agroextrativista Poyanawá do Barão e Ipiranga (AAPBI), em convênio com o governo do Estado pretende construir uma sala de reuniões e um auditório, anexo a uma hospedagem com refeitório, cozinha e banheiros, e uma pousada para receber os visitantes. Estamos planejando a construção da sede da AAPBI.
2. A pousada que pretendemos construir será para receber parentes indígenas turistas que vêm participar das festas tradicionais todo fim de mês.
3. Realizaremos a limpeza da picada e o avivamento dos pontos a cada dois anos e iremos implementar os marcos verdes, com espécies de frutíferas como a castanha e outras.
4. Iremos fazer a revisão do plano de gestão a cada dois anos. Faremos uma reunião convidando todos os nossos parceiros para avaliar e atualizar o plano.
5. Devemos manter a limpeza dos cemitérios anualmente preservando a entrada da arena.



XIII. Normas e regras (direitos e deveres da comunidade)

1. É proibida a entrada de pessoas estranhas sem autorização da comunidade (Cacique) e da FUNAI na nossa Terra Indígena.
2. Fica proibida, a partir deste momento, a entrada de não-indígenas (brancos) com a família para morar e pessoas com ficha suja para passar uma temporada. Observação: a comunidade pode convocar uma reunião para decidir a questão junto às lideranças.
3. O indígena que cometeu homicídio na terra indígena está proibido de voltar a morar na terra. Observação: fica a critério da comunidade avaliar essa questão.
4. Fica proibida a entrada e venda de bebida alcoólica dentro da comunidade e também farras e poluição sonoras. (aparelho de som e motos com buracão).
5. Fica a cargo da comunidade orientar os motociclistas em relação à velocidade dentro da Terra Indígena.



© Billy Fagundes, 2014



© Billy Fagundes, 2014



© Joseneidy Pinheiro, 2014



© Billy Fagundes, 2014

Fotos contra-capa: Acervo AAPBI, Joseneidy Pinheiro, Renato Gavazzi





REALIZAÇÃO

APOIO

AAPBI
Associação Agroextrativista
Puyanawa do Barão e Ipiranga



CPI-ACRE 35 anos
COMISSÃO PRO-ÍNDIO
2014 DO ACRE



PROJETO
Mapeamento
Social

The Nature
Conservancy
Proteger a natureza é preservar a vida.



PATROCÍNIO



GOVERNO FEDERAL
BRASIL
PÁTRIA EDUCADORA